



RELATÓRIO Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 123, de 2010 (Mensagem nº 216, de 5/5/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.*

Relator: Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA para o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a



escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações:

Nascido no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1952, filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa, o Sr. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA graduou-se, pelo Instituto Rio Branco, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática, em 1974, e concluiu o Curso de Altos Estudos, em 1995, também do Instituto Rio Branco, com tese versando sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela.

Tendo ingressado na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário, em 1974, o diplomata ascendeu a Conselheiro em 1991, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Chefe da Divisão do Oriente Próximo I, em 1991; Coordenador-Geral de Ensino do Instituto Rio Branco, em 1999; Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça, em 2003; Chefe da Divisão da América Meridional II, em 2003; e Assessor Especial do Ministério das Minas e Energia, em 2005.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro em Bogotá, em 1993, e Cônsul-Geral Adjunto em Los Angeles, em 1996.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e a Austrália, observe-se a avaliação elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores, anexada à Mensagem presidencial, de onde retiramos as informações que consideramos mais relevantes.

Do ponto de vista geográfico e político, cabe deixar registrado aqui que a Comunidade da Austrália tem uma população de 21,5 milhões de habitantes, numa área de 7,7 milhões de km². Tem um produto interno bruto de US\$ 1,010 bilhão, o que lhe proporciona uma renda per capita de US\$ 46,9 mil.



Os três pilares da política externa australiana atual, sob governo trabalhista, são a manutenção do bom relacionamento com Washington, o tratamento prioritário dado à região da Ásia-Pacífico e o firme comprometimento com o multilateralismo.

As relações entre o Brasil e a Austrália vêm registrando significativo incremento nos últimos anos, com a multiplicação de visitas de alto nível, a expansão do comércio e dos investimentos e a maior cooperação científica e tecnológica. O Brasil é o principal parceiro da Austrália na região, em termos comerciais. No plano político, há significativas convergências em vários temas da agenda internacional.

Apesar do intercâmbio crescente nos últimos anos, o comércio bilateral ainda é pequeno diante do tamanho das economias de Brasil e Austrália, o que se considera seja devido à natureza da pauta de exportação dos dois países, concorrentes nos setores de agronegócio e da mineração. Em 2009, a Austrália foi responsável por apenas 0,3% do total das exportações brasileiras, ao passo que o Brasil comprou apenas 0,7% do total exportado por aquele país. Além disso, O Brasil tem tradicionalmente apresentado déficit no comércio com a Austrália. Em 2009, o déficit alcançou o pico de US\$ 351 milhões.

Entre 2002 e 2008, o intercâmbio Brasil-Austrália passou de US\$ 466 milhões para US\$ 2,482 bilhões. Caiu, porém, em 2009, por conta da crise econômica mundial. Nos dois primeiros meses de 2010, o comércio bilateral já alcançou a cifra de US\$ 235 milhões.

Em 2009, a lista dos principais produtos exportados para a Austrália foi composta de aviões (11%), fumo (9,1%), automóveis (6,5%) e complexo de soja (4,7%). No que se refere às importações brasileiras, os principais produtos foram o carvão (55,5%) e o petróleo (14,5%).

Embora o comércio bilateral Brasil-Austrália tenha apresentado esse perfil, abrem-se oportunidades interessantes para a ampliação da cooperação e comércio com os dois países. Além de projetos de cooperação científica e tecnológica, existem boas perspectivas para a ampliação do comércio bilateral e investimentos australianos na economia brasileira.



Há evidências de um crescente interesse australiano em explorar oportunidades para a expansão do relacionamento bilateral em diferentes áreas, à luz da retomada do crescimento econômico brasileiro. Em 2008, as inversões australianas no Brasil atingiram US\$ 1,5 bilhão. A Austrália foi o 9º maior investidor naquele ano, à frente de países como a Alemanha, o Reino Unido e a Suíça. O Brasil continua a destacar-se como o principal destino dos investimentos australianos na América Latina, à frente do Chile e do México. Apesar disso, os investimentos australianos no Brasil representam apenas 0,6% do total de investimentos daquele país no exterior.

Os investimentos brasileiros na Austrália encontram-se ainda em fase inicial, mas fatos recentes parecem indicar mudança de tendência e crescimento do seu volume. Enquanto em 2001/2002, os investimentos brasileiros na Austrália foram da ordem de US\$ 7 milhões, em 2007, a Companhia Vale do Rio Doce anunciou a compra da empresa de carvão AMCI Holdings Australia, em transação de cerca de US\$ 800 milhões. No campo do agronegócio, a JBS Friboi brasileira, desde 2008, passou a ter negócios de centenas de milhões de dólares na Austrália.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator